ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 13
10.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 30 de junho de 2023

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Albano António de Sousa Varela e Silva, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Adriano Manuel Alface Bailadeira, Maria Gertrudes Ludovino Carvalho, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso, Amândio José Valente e Valente, Bruno Miguel Tavares Metelo, Francisco António Carvão Trindade, Filipa Barroso Viegas, Ana Isabel da Costa Meira, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, Marco António Serra Antunes, Diogo Rafael Bagina Aragonez, José Cordas Barradas, António José Bagina Alegria, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Marília João Pereira Baptista Lacão, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Luís Manuel Gonçalves Belinho, Francisco Manuel Frutuoso Carrapiço e Raquel Alexandra Reizinho Carita Castelo.----------
Estiveram presentes a senhora Presidente de Câmara e vereadores da Câmara Municipal de Portalegre: Fermelinda de Jesus Pombo Carvalho, Laura Ivone Velez Galão, Marco Sales Cardoso, Nuno Gonçalo Franco Lacão, Luís David Trindade de Moreira Testa, Ana Margarida Salgueiro Curinha e João Nuno Cativo Cardoso. ---------
Estiveram ainda presentes os seguintes dirigentes, trabalhadores: Cláudia Isabel Rota Maçãs Nogueira Capote, chefe da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística; Pedro Guilherme Mourato Rainho Barbas, chefe da Divisão da Cultura, Juventude, Desporto, Assuntos Sociais, Educação e Turismo; José Mário Agrelo Calha, chefe da Divisão de Obras e do Ambiente; José Manuel Figueiredo Gandum chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças, Rui Manuel Nunes Pinto, chefe de Divisão dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, tendo a sessão sido secretariada pela técnica superior Maria Luciano de Jesus Fernandes Tavares.----------

ABERTURA DA SESSÃO:
==========

O senhor presidente de mesa, Luís Miguel Casqueiro Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas.
Para completar a mesa chamou Maria Gertrudes Ludovino Carvalho para 2.º/ª secretário/a, em substituição de Célia Maria da Silva Carreiro. Foi verificada a existência de quórum.
O senhor presidente de mesa deixou uma palavra de apreço ao Vereador Casa Nova que cumpriu o seu trabalho com elevada abnegação e saudou Marco Cardoso pela sua entrada em funções como vereador na Câmara Municipal.----------

FALTAS JUSTIFICADAS: Não houve faltas a declarar.----------

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

AS SUBSTITUIÇÕES:

O membro da Assembleia Municipal Célia Maria da Silva carreiro fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Maria Gertrudes Ludovino Carvalho; o membro da Assembleia Municipal João Pedro Cachiço Ribeiro Luís fez-se substituir por Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso; e, o membro Francisco Correia Tavares do Carmo Garcia fez-se substituir por António José Bagina Alegria, todas as substituições nos termos da citada Lei e atenta a lista PPD/PSD, CDS-PP sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Maria da Conceição Ceia Miranda fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Bruno Miguel Tavares Metelo, atenta a lista CLIP sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Artur Jorge Coelho Correia fez-se substituir, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por Francisco António Carvão Trindade, e o membro da Assembleia Municipal João Paulo Carreço Brazão fez-se substituir por Diogo Rafael Bagina Aragonez, atenta a lista do Partido Socialista sujeita a sufrágio.----------

O membro da Assembleia Municipal Luís Miguel Candeias Ricardo fez-se representar, nos termos da alínea c), do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por Marília João Pereira Baptista Lacão. ----------

O membro da Assembleia Municipal Bruno José Marchão Calha fez-se representar, nos termos da alínea c), do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por Luís Manuel Gonçalves Belinho.----------

Elencadas as presenças, substituições e representações, doravante os membros da Assembleia Municipal, serão tratados pelos nomes e apelidos para facilitar a inteligibilidade da leitura da presente ata.----------

Intervenção do público

No uso da palavra Cristina Pascoal Milheiro cumprimentou a todos os presentes e indicou que se encontrava em representação dos moradores do edifício n.º 3 da Rua Dr. Amorim Afonso, na urbanização de Santana.
A questão principal que expôs diz respeito a uma zona verde anexa ao edifício.
A zona verde encontra-se desde o início do loteamento registada no domínio público há mais de 25 anos, e foi anunciada a sua venda por promotor privado, o que deixou os moradores perplexos, desconhecendo como teria passado do domínio público para um lote privado, sem que tivessem percecionado o facto.
No passado mês de abril tiveram conhecimento que em agosto de 2022 fora aprovada a constituição de um lote privado para construção de uma moradia com piscina, debaixo das janelas do referido prédio de moradores. Tomaram conhecimento pela informação dos serviços de urbanismo que o lote de gás de serviço coletivo existente no espaço

verde há mais de 25 anos passava de público a privado. Essa pretensão não foi publicitada nem aprovada pela Assembleia Municipal como é de lei.
Estranharam a situação porque o espaço apareceu à venda pelo promotor em vésperas da Pascoa recentemente passada.
Constata-se que ao longo dos anos não houve alteração da zona verde mas que na reunião de câmara de 1 de agosto do ano passado foi produzida a referida alteração.
Questionaram a Câmara por diversas formas, e as respostas referiam que estava tudo bem e que tudo era legal, mas nunca apresentando respostas fundamentadas às perguntas factuais e precisas que foram feitas.
Não foi portanto fundamentada a constituição do lote privado de acordo com a legislação em vigor.
Nas duas cartas enviadas pela Câmara Municipal foram informados que nada havia a justificar em termos técnicos ou jurídicos.
Na carta recebida no passado dia 16 de junho com despacho do senhor vereador do urbanismo, que presumem ser do desconhecimento da senhora presidente de Câmara, é apresentada uma nova proposta de manter uma parte da zona verde mas contruir um prédio com 11 metros de altura na parte restante que também é domínio público. A justificação da alteração da zona verde pública para lote privado, sem passar pela assembleia, é por não haver alteração do valor total da área dos espaços verdes, sabendo-se no entanto que a localização não é a mesma, uma vez que o espaço verde que está anexo ao lote passou a privado. Urbanisticamente é fácil perceber que o desenho urbano é alterado.
O lote para construção foi criado sem as respetivas infraestruturas definidas para o mesmo. Não existe um murete com os ramais de eletricidade, gás, águas e caixas de esgoto domésticos e pluviais, da responsabilidade do loteador.
Indicou as várias designações que foram sendo dadas ao espaço verde:
" O lote 69 destinado a depósito de gás de serviço coletivo com a área total de 144 m2 passa a lote com a área de total de 617,75m2 '**absorvendo**' a área verde de cedência n.º 13, passando essa área verde para junto da área verde n.º 14.
O lote 69 destinado a depósito de gás de serviço coletivo com a área total de 144 m2 ' **funde-se'** com a área verde n.º 13 somando 700m2. Os 82,25m2 de área sobrante (que é área verde) são efetivamente de arruamentos e passeios onde serão vertidos.
Verifica-se que o valor das cedências (áreas verdes do domínio publico) é mantido embora tenham sido '**alteradas pontualmente e relocalizadas'**.
'**Repõem-se**' os 556 m2 (de área verde) que foram '**eliminados**' da zona verde n.º 13 retirando esta área do lote 68."
Indicou que é difícil entender os termos: 'anulação'; 'absorvendo'; 'funde-se'; 'vertidas'; 'redução'; 'relocalização'; 'deslocalização'; 'reposição'; que não constam nas definições legais do urbanismo nem do vocabulário do ordenamento do território.
Para terminar indicou que não foi justificado porque não foi efetuada a discussão pública prevista na lei para loteamentos com mais de 100 fogos ou 4 ha, que é uma garantia de transparência da operação.
Não foi justificado que sendo a alteração das áreas de construção superior a 3%, não poderia ter sido aprovada por simples deliberação camarária (ver ponto 8 do artigo 27 do RJUE), e salvo melhor opinião, deveria ter sido remetida à Assembleia Municipal.
Os lotes 69 e 70 não estão indicados no assunto da informação dos serviços da autarquia.

Pelos fatos expostos e pela ausência de resposta qualificada do executivo municipal, que envia informações técnicas onde se tira, põe, muda, repõe, sem fundamento legal ou justificação legal, não tiveram outra hipótese a não ser apresentar a situação à Assembleia Municipal. Solicitam que sejam garantidos os seus direitos e espectativas no cumprimento da lei, e repudiam a prática de alteração de loteamentos onde sejam retiradas zonas verdes sem que haja interesse público, mas apenas o interesse particular do promotor.
Agradeceu e terminou a sua exposição.

O senhor presidente de mesa agradeceu a exposição e deu a palavra aos membros para intervirem sobre o assunto.

Raul Cordeiro cumprimentou a todos os presentes e saudou o vereador Marco Cardoso, e que seja bem-vindo e com votos de muito trabalho pela frente. Deixou uma nota sobre o assunto, que já por várias vezes foi debatido em reunião de Câmara com a presença dos moradores do prédio, salvaguardando-se as questões técnicas importantes, é no entanto tempo de haver uma resposta definitiva sobre o assunto. Certamente os serviços técnicos acompanham o assunto é terão uma resposta para dar aos moradores do prédio. Frisou ainda que ficou confuso pois tinha conhecimento da construção de uma vivenda e não da construção de um prédio com dois ou três andares. E pediu que isso seja esclarecido devidamente.

Adriano Bailadeira apresentou saudações a todos e em particular ao Vereador Marco Cardoso, que é bem-vindo e que tenha muito trabalho, o que será um bom sinal para o concelho de Portalegre. Mostrou-se preocupado com a questão e indicou que fez contas em relação às percentagens, sendo que o decreto-lei aponta ser da responsabilidade da Câmara as deliberações de até 3%, e neste momento as implicações são superiores. No âmbito do número de fogos é cerca de 5% e no que toca ao aumento de áreas de implantação e construção é um aumento de quase 10%, sendo assim, e com mais de 4 ha e 100 fogos, deve haver uma consulta pública, o que torna a questão elegível para o órgão deliberativo e não para o órgão executivo. Pretendeu saber se já foi esclarecido o assunto, porque se a deliberação tiver sido mal tomada e for nula o assunto terá de ser presente à Assembleia Municipal. É importante saber o que se passa com o assunto porque a exposição dos moradores aparenta ter fundamento.

Amândio Valente saudou a todos e deixou uma saudação ao ex- vereador Casanova e cumprimentou o vereador Marco Cardoso pela sua entrada em funções. Pareceu-lhe que a intervenção dos moradores é fundamentada e quis saber se a Assembleia foi ultrapassada nesse processo.

No uso da palavra a senhora presidente de Câmara apresentou cumprimentos a todos e afirmou que a Assembleia não foi ultrapassada na questão em debate. No entender dos serviços jurídicos e técnicos da Câmara a Assembleia não foi ultrapassada. A situação advém de uma deliberação do ano passado de agosto, em que foi presente uma proposta do vereador do urbanismo, obviamente baseada numa informação técnica bastante extensa, bastante clara e bastante objetiva, e a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao loteamento que está em debate, com base na

justificação técnica. Mais recentemente o promotor pretendeu fazer uma outra alteração ao loteamento, porque no resultado da anterior alteração ocorreu uma imprecisão de áreas, efetuou então um pedido de retificação à Câmara. Como as reuniões são públicas os moradores tomaram conhecimento e estiveram na reunião de Câmara contestando o processo, nessa mesma reunião e como não havia esclarecimento cabal sobre o assunto retirou-se o assunto de boa-fé para uma melhor apreciação. Frisou que não são inconscientes, não agem de má-fé, não subscrevem ilegalidades e foi solicitado aos serviços técnicos que esclarecessem as dúvidas em causa. Os serviços técnicos mantiveram a posição sobre o assunto, e os requerentes tiveram acesso a toda a documentação em causa. Obviamente que as pessoas tem direito a não estar satisfeitas com as respostas obtidas, é um direito que lhes assiste, mas não pode ser dito que não obtiveram resposta, porque houve total transparência e clareza neste assunto. Portanto e resumindo, houve uma primeira aprovação em reunião de câmara, por unanimidade, por todas as forças presentes na reunião, depois quando o assunto foi retirado e os serviços técnicos mantiveram que estaria tudo correto, voltou-se a agendar o ponto em reunião de câmara. Nessa reunião os moradores voltaram a estar presentes assim como o dono do loteamento, e foram levantadas novas dúvidas e o ponto foi novamente retirado, tendo sido entregue ao advogado da Câmara, que está a estudar o assunto. Mais tarde será então produzida uma resposta, esclarecida legalmente, e o ponto será novamente presente em reunião de câmara. No seu entender a questão do gás que seria de utilidade pública e a questão dos 3% não se colocam, mas compete ao advogado emitir um parecer fundamentado, que depois será presente a deliberação dos membros do executivo. Acrescentou que falou sempre com as pessoas e foi pessoalmente ao local ver o que está em causa, e, reafirmou que está de boa-fé. Assegurou que lhe compete defender os técnicos da autarquia e quando se diz tira, põe informações técnicas vagas e mal feitas, há que respeitar os técnicos da autarquia, e estes elaboraram as informações técnicas de boa-fé e com o conhecimento de que dispunham. Pretende-se que as pretensões das pessoas sejam respeitadas, mas acima de tudo deve respeitar-se a lei, mas a lei é para as duas partes e compete à Câmara salvaguardar isso, o promotor tem direitos e obrigações e os moradores também tem direitos e obrigações. Quando se compra uma casa e ao lado existe perímetro urbano, ninguém garante que não venha a haver construções futuras, porque estão em perímetro urbano, mas sempre respeitando a lei e é isso que importa, respeitar a lei.

Albano Silva cumprimentou a todos os presentes e afirmou ser positivo que o ponto tenha sido retirado e que esteja a ser estudado pelo advogado da Câmara, mas reafirmou a necessidade de se verificar se as alterações ao loteamento cabem nas competências do executivo ou se tem de ir à Assembleia Municipal.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa passou ao período subsequente.

<u>Período antes da ordem do dia:</u>

<u>Comunicação do Grupo Parlamentar do PCP</u>

Foi recebida em expediente da Assembleia Municipal uma comunicação, em nome do Grupo Parlamentar do PCP a informar que a discussão na generalidade do ***Projeto de Lei n.º 421/XV – Altera o procedimento especial de reposição de freguesias*** do PCP estaria agendada para dia **4 de julho de 2023.**

"A extinção de mais de um milhar de freguesias no nosso país levada a cabo pelo Governo PSD/CDS, contra a vontade das populações. Alegou falsos argumentos como os ganhos de escala e de eficiência, ignorando a importância das freguesias no território. As freguesias constituem o nível de poder mais próximo dos cidadãos e em muitas vilas e aldeias, depois de terem encerrado a escola, a extensão de saúde, o posto da GNR, também levaram a junta de freguesia, deixando as populações ao abandono.

A extinção de freguesias traduziu-se num maior afastamento das populações do Poder Local Democrático, na diminuição da capacidade de resolução dos problemas e da representatividade dos interesses e aspirações das populações, no aprofundamento das assimetrias, na redução da participação popular e na redução de trabalhadores. As populações sentem que perderam identidade própria, a sua identidade histórica e cultural.

Passados quase dez anos sobre a extinção de freguesias, há muitos problemas que persistem, problemas que foram criados quando o Governo PSD/CDS decidiu liquidar freguesias, ignorando as posições assumidas pelos órgãos autárquicos, agravando as desigualdades territoriais. Há populações e autarquias que continuam a não se rever no atual mapa das freguesias e lutam pela reposição das suas freguesias.

Com o presente projeto de lei o PCP propõe o alargamento do prazo por mais um ano para a entrada dos processos na Assembleia da República, assim como a remoção de obstáculos para a reposição de freguesias, designadamente a dispensa de fundamentação do erro da extinção da freguesia e a possibilidade de reposição de uma freguesia, mesmo que as demais não o pretendam.

Na discussão na generalidade, o PCP bater-se-á pela aprovação do seu Projeto de Lei, por ser fundamental e responder à luta que é travada por várias populações e autarquias no sentido da reposição das freguesias extintas."

Exposição do munícipe Alberto Joaquim Gomes Azeitona:

Foi igualmente recebido em expediente da Assembleia Municipal uma exposição do munícipe Alberto Joaquim Gomes Azeitona sobre a sua habitação:

"Assim ficou a minha habitação:
-Ficou danificada que ainda hoje se vê.
-Não foi feito muro de contenção de terras.
-Como foi feita a venda do lote e por quanto.
-Como é possível criar um lote sem infraestruturas pois a água foi retirada da boca de incêndio feita e paga por mim.
-Esgoto a passar por cima de uma conduta de água potável de alimentação a população.

Indignado com o Executivo de Fermelinda Carvalho.

Depois de várias reclamações, protestos e pedidos de ajuda nos executivos de Eng.º. Mata Cáceres (PSD) e Adelaide Teixeira (CLIP), porque não me trazem o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para fazer uma vistoria independente e resolver este

assunto que se arrasta já há algum tempo. Não entendo o porquê desta conduta, entreguei na Câmara algumas fotos de como deixaram a minha habitação (fotos em anexo), estou a ser descriminado pelos executivos.
Após varias recusas para me trazerem o LNEC e vistorias não corretas pela Câmara, parece que é ignorada a palavra 'incompatibilidade' junto dos executivos.
Como só a Câmara pode reabrir este processo, que parece estar a desviar-se da responsabilidade, pois foi a Câmara que permitiu, vistoriou e vendeu o lote; apela-se e fala-se de deontologia e códigos de conduta, mas não vejo nada.
Com este simples texto demonstro o que se passa na Câmara de Portalegre. Não me calo e continuarei a reclamar em todos os executivos até que sejam ouvidos os meus protestos e pedidos de ajuda.
Portalegre 27 de Junho de 2023"

No uso da palavra Raul Cordeiro, referiu que a questão do munícipe Alberto Azeitona é um assunto que se arrasta há mais de 15 anos, e salvaguardando-se as questões do ponto de vista técnico, talvez seja o momento de ter uma resposta satisfatória às situações que este vem colocando recorrentemente. Neste mandato já terá estado pelo menos duas vezes em reunião de Câmara, e em mandatos anteriores também esteve recorrentemente em reuniões de Câmara, e perguntou qual o ponto de situação sobre esse assunto.

A senhora presidente de Câmara indicou que o assunto do senhor Alberto Azeitona tem a ver com o imóvel sito na rua D. Rodrigo da Cunha, n.º 36 em Portalegre. É uma situação que ocorre desde 12.12.2005, quando o senhor Azeitona se queixou pela primeira vez na Câmara, pediu uma vistoria à sua habitação porque entendia que a construção da casa vizinha estava a provocar danos na sua habitação. Foi feita vistoria em 5.01.2006 por uma comissão de vistoria, e enviado o auto de vistoria ao senhor Azeitona, onde era dito que as fissuras da sua casa não advinham da construção da casa do vizinho. Nos anos seguintes o senhor Azeitona continuou a reclamar, em 2007, onde o assunto foi a várias reuniões de Câmara, e foi sendo respondido ao senhor Azeitona que o problema devia ser resolvido entre vizinhos, ou seja, tratado em tribunal. Em 2008 o senhor Azeitona pediu a intervenção do provedor de justiça, que não deu razão ao senhor Azeitona, respondendo que devia ser o próprio a contratar a peritagem, e no caso de ter insuficiência económica teria de recorrer aos meios próprios para custear essa situação. Em 2009 voltou a queixar-se e o assunto foi tratado na Assembleia Municipal, em que o munícipe esteve presente, e foi-lhe dito por todos os técnicos do município que não tinha razão. Repete-se em 2010, em 2011, aliás a carta que o senhor Azeitona remete é sempre a mesma, só muda o topo mudando o nome do presidente de Câmara. O munícipe esteve presente em inúmeras reuniões de Câmara e nunca lhe foi dada razão, recebeu o munícipe e indicou-lhe que, se pretende fazer uma peritagem por um laboratório independente, terá que ser o próprio a contratar essa peritagem, não pode ser a Câmara a pagar todas as peritagens, que os munícipes pedem e com alguma frequência. É algo que assiste ao próprio custear.

O senhor presidente de mesa agradeceu as intervenções e apresentou um voto de pesar entregue pelo grupo municipal CLIP, que foi lido por Adriano Bailadeira.----------

Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Roseta Fino.

"No passado dia 1 de junho faleceu Manuel Roseta Fino, com 98 anos de idade.
Nasceu na Covilhã em 1925, mas os negócios da família ligados aos lanifícios passaram depois para Portalegre, com o pai de Manuel Fino a assumir a direção da Fábrica de Lanifícios de Portalegre e depois a geri-la, um negócio entretanto entregue aos filhos na década de 1950.
Manuel Fino, já na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Finicisa, quando da sua inauguração em 1964 e já contando com a interessante parceria estabelecida com a grande empresa britânica ICI (Imperial Chemical Industries) do Reino Único, referiu: **porquê Portalegre?**
- Pois bem, se a indústria de Lanifícios aqui se implantou, dadas as boas características das águas da região para o tratamento das lãs, a produção de fibras sintéticas veio para a cidade de Portalegre um pouco por bairrismo, um tanto por amor da família Fino à terra que adotou como sua.
Industrial empreendedor e benemérito de Portalegre, era filho do empresário Francisco Sales Fino oriundo da Covilhã, e irmão dos também dinâmicos empreendedores Francisco Fino e Guy Roseta Fino.
Manuel Roseta Fino foi notoriamente o grande mentor na dinamização da Finicisa, não só no mercado interno, mas também no mercado estrangeiro, para escoamento da produção da fibra poliéster e mais tarde com grandioso investimento na produção de polímero, para várias indústrias no plano interno e externo.
Sucedeu, no entanto, que por razões de ordem empresarial e familiar, nos últimos cerca de 60 anos a empresa Finicisa muda de donos em várias ocasiões, nomeadamente passa a ser Trevira, Hoechst Portuguesa, Selenis e atualmente Evertis, mas para os Portalegrenses continua a ser e sempre será a Finicisa, que continua a ser uma das mais importantes entidades empregadoras do concelho, continuando a manter os melhores níveis de vendas.
De salientar o importante contributo de Manuel Fino, que em muito apoiou a sua cidade, nomeadamente, entre outros, a ele se deveu ao longo de vários anos a concretização da Rampa de Portalegre em 1987, tendo sido atribuído à primeira Baja o nome de "Rali Maratona de Portalegre — Finicisa", igualmente com notável ajuda financeira regular ao Sport Clube Estrela e ao Grupo Desportivo Portalegrense, que tiveram simultaneamente, durante muitos anos, o logotipo da sua empresa estampado nas camisolas destes clubes. Também a Manuel fino se deve o importante apoio para a nova igreja de Santo António nos Assentos e muito recentemente para as obras de conservação da igreja de São Lourenço.
Empresário brilhante e construtivo nas várias conversas que permanentemente mantinha com os órgãos executivos, contribuindo com as suas opiniões e ideias que apresentava para Portalegre, pois conhecia bem o potencial da sua cidade e amava Portalegre e as suas gentes.
Por tudo o que Manuel Roseta Fino representou e representa para a "sua" cidade, é nossa obrigação reconhecer o seu legado.
Por tal razão, e no seguimento da proposta apresentada na reunião de câmara de dia 5 junho, a bancada do grupo municipal CLIP propõe que seja atribuído o nome de Manuel Roseta Fino à nova Avenida que liga a Rua do Operário à continuação da Avenida das Indústrias na Expansão da Zona Industrial.

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

E que cumpramos, em sua homenagem, um minuto de silêncio.

A Assembleia Municipal de Portalegre endereça à sua família e amigos as mais sentidas condolências.
O Grupo Municipal da CLIP"

O senhor presidente de mesa agradeceu e pediu então, para se associarem a um minuto de silêncio, em homenagem a Manuel Roseta Fino.

Fez-se silêncio na Assembleia Municipal durante um simbólico minuto.

Após a homenagem, e ainda no período antes da ordem do dia, o senhor presidente de mesa apresentou uma Moção, trazida pelo grupo municipal do partido socialista, relativa à Fundação Robinson, e referiu que tais práticas esvaziam a conferência de representantes, pois apesar de ser um assunto premente e eminente é algo que se arrasta há algum tempo, e o que tem sido apanágio da conferência de representantes é que os grupos municipais levem as moções à dita conferência, permitindo uma melhor reflexão sobre o que é apresentado. Pediu seguidamente que o grupo do partido socialista apresentasse a Moção.

Moção relativa à solicitação de agendamento de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal sobre a situação da Fundação Robinson- apresentada pelo grupo municipal do partido socialista.

"A Assembleia Municipal de Portalegre regista com preocupação o facto de, reiteradamente, os documentos de contabilidade consolidada apresentados a esta Assembleia pelo executivo em permanência, não refletirem a totalidade do perímetro orçamental do Município de Portalegre, omitindo os dados relativos à Fundação Robinson.
Tal situação, aliada ao bem conhecido estado de preocupante degradação do património da Fundação Robinson a que se assiste todos os dias, ao desconhecimento sobre a real situação financeira e patrimonial, à ausência de órgãos sociais, ou à falta ou omissão de estratégia municipal, não nos pode deixar indiferentes.
Um problema não desaparece se não falarmos dele.
Saber a verdade sobre a situação da Fundação é um direito dos portalegrenses. Revelar essa verdade é um dever do executivo perante todos os Portalegrenses.
A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida na sua reunião ordinária de 30 de junho de 2023, delibera:
1 – Solicitar ao senhor presidente da Assembleia Municipal de Portalegre o agendamento de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, a ocorrer antes da reunião ordinária de setembro de 2023, com um ponto único dedicado à discussão sobre a situação da Fundação Robinson;
2 – Solicitar que na referida reunião possa ser discutido um Plano concreto para o futuro da Fundação Robinson, mandatando o senhor presidente da Assembleia Municipal de Portalegre para desenvolver os procedimentos necessários à apresentação do referido Plano.

Os subscritores
Paços do Concelho de Portalegre, 30 de junho de 2023"

Moção apresentada pelo partido socialista e subscrita por todos os grupos municipais

No uso da palavra Raul Cordeiro mencionou que a Moção será acolhida ou não, mas que consideraram que o tema era importante, urgente e foi trazido à Assembleia Municipal, por decisão tomada após a conferência de representantes. Entregou a todos os grupos municipais a referida Moção e disse que todos poderiam subscrever a mesma.

Amândio Valente afirmou que a CDU subscreve a Moção, na medida em que já por várias vezes no parecer do revisor oficial de contas, este nunca dá o seu parecer sem reservas, invocando precisamente a ausência dos dinheiros da Robinson no relatório final, e considerou que até para a própria autarquia era importante esclarecer de uma vez por todas essa questão.

O senhor presidente de mesa perguntou se concordava com o prazo ao que Amândio Valente confirmou que ao subscrever concordava com o prazo.

Ricardo Romão cumprimentou a todos e disse que o grupo CLIP subscreve igualmente a Moção assim como o prazo, e acrescentou que o prazo já está ultrapassado, e que por várias vezes na Assembleia se solicitou que o assunto fosse abordado e que portanto subscrevem a Moção sem reservas.

Sara Sardinha apresentou os seus cumprimentos a todos e dirigiu em nome do grupo municipal PSD/CDS, um agradecimento especial ao ex-vereador António Casanova, pela forma comprometida e trabalhadora como contribuiu para o sucesso do projeto desde que aceitou fazer parte dele, em conjunto com o PSD/CDS, agradecendo todo o trabalho, esforço, dedicação e competências demonstradas ao serviço da população do concelho de Portalegre. Respeitando a sua decisão de renúncia ao cargo de vereador e de prosseguir a sua carreira profissional desejou-lhe todo o sucesso. Reiterou toda a confiança no novo vereador Marco Cardoso, que desempenhará as suas funções com a competência, dedicação e espirito de missão que o caracterizam, e desejou-lhe todo o sucesso para o novo desafio de servir a população do concelho de Portalegre. Que seja bem-vindo.

Amândio Valente tomou a palavra para voltar à questão da Robinson, solicitando um esclarecimento à senhora presidente. Em 2019 a Direção Geral do Património avisou os subscritores do abaixo-assinado, para a valorização e classificação do património Robinson, de que o património classificado da Robinson iria sofrer uma reformulação, tendo em conta o património móvel e imóvel. Esse processo foi afetado pela pandemia que paralisou o mesmo, e acrescenta-se o facto de as alterações orgânicas governamentais, com extinção da direção geral do património, poderem afetar o futuro do espaço Robinson, ficando este ligado ou à CCDR em Évora ou aos futuros Institutos do património que venham a ser criados. Foi aberta uma audiência às partes

interessadas em 2019, pela decisão de estudar e reformular o património móvel e imóvel da fundação Robinson, e, questionou se as partes interessadas neste momento serão a Câmara e a 'Massa Falida' se esta existir, e questionou ainda a senhora presidente sobre qual a posição da Câmara perante todo este processo.

A senhora presidente de Câmara tomou a palavra para indicar que não conhece o processo de 2019, não estava em funções em 2019, desconhece o processo e não lhe foi passado conhecimento sobre esse assunto. Quanto à Moção parece-lhe bem a Assembleia Municipal Extraordinária, pois está na altura dos portalegrenses saberem aquilo que se passou ao longo dos anos na Fundação Robinson, é importante esclarecerem-se essas questões. Acrescentou que nessa matéria está à vontade, chegou há pouco tempo e não constituiu ainda o Conselho de Administração, justificando que o ultimo conselho de administração foi constituído em 2019 e está em funções por 5 anos, embora com algumas demissões. Quanto ao conselho de curadores, não foi revogada a deliberação de Câmara que o constituiu e também tem mandato de 5 anos. Sabe que podem dizer que como presidente de Câmara é presidente do conselho de curadores por inerência, mas só a Câmara pode constituir e deliberar revogar o anterior conselho, nomeando um novo conselho de curadores e isso ainda não aconteceu. Acha importante discutir-se olhos nos olhos, claramente, e com os números, o que está em causa e o que foi feito na Fundação Robinson, e eventualmente, todos os que por lá passaram prestarem contas sobre a sua responsabilidade sobre os últimos empréstimos contraídos. Reafirmou que está muito à vontade sobre essa matéria e que pode ser acusada por não ter feito, o que tem sido hábito nos últimos anos, mais dívida. Portanto há muito para esclarecer sobre a fundação, há muito para justificar sobre o estado em que está o património, pois não ficou degradado neste ultimo ano e meio em que entrou em funções, está degradado de há muitos e muitos anos. Afirmou que não está a fugir às responsabilidades, agora é presidente de Câmara, e compete-lhe tentar resolver os problemas, em primeiro lugar da Fundação, não fosse a divida enorme que foi criada e que alguém tem de pagar, e o município não pode pagar dividas a fundações, e crê que não há nenhuma entidade que voluntariamente se ofereça para pagar essa divida. É um problema grave, estão a trabalhar o assunto, e obviamente está disponível para colaborar, e na reunião extraordinária de setembro, entre todos, poderem caminhar para uma solução para a Fundação Robinson.

Albano Silva tomou a palavra para indicar que se deve partir para esta situação sem procurar culpas, não é na procura de culpas que se encontram soluções, tem é que se fazer a analise da situação para se encontrarem respostas e soluções, e não se ganha nada em dizer quem tem culpa e quem não tem. Precisa-se é saber qual é a situação em que se encontra a Robinson, quais as soluções para o espaço Robinson, quer património, quer espaço urbano, incluindo a criação de uma nova centralidade da cidade, que a população merece. A cidade pode crescer para ali e valorizar os ativos que ali tem, nomeadamente a escola de hotelaria e turismo, e devem ser encontradas soluções a partir da análise que seja feita. Sabe que os municípios não podem pagar a divida das fundações, mas haverá outras soluções que os juristas poderão estudar, provavelmente incluir os passivos e os ativos, e é fundamental encontrar soluções para o processo, e a população de Portalegre merece de uma vez por todas que se

encontrem respostas, e que se metam mãos à obra, para implementar soluções interessantes e equilibradas para o desenvolvimento urbano da cidade.

O senhor presidente de mesa agradeceu os contributos e concordou que é essa a obrigação da Assembleia, enquanto representantes da população do concelho de Portalegre.

Ricardo Romão tomou a palavra para reforçar que a tónica deve ser o futuro da Fundação, e não acertar contas com o passado, e questionou a senhora presidente sobre quem são os membros que constituem neste momento quer o conselho de curadores quer o conselho de administração da Fundação Robinson.

No uso da palavra a senhora presidente devolveu a pergunta, como o membro Ricardo Romão sabe houve membros do conselho de administração que entenderam apresentar a demissão, e no seu entender e no entender do advogado da Câmara há um conselho de administração que foi constituído em 2019, assim como o conselho de curadores, a pasta não lhe foi passada, considera que é ao contrario, quem antes estava é que tem de dizer quem ficou, quem se demitiu e a quem, ou seja, demitiram-se perante quem. Mais não pode indicar, sabe que a pessoa que estava por inerência comunicou que deixava de ter responsabilidades no conselho de curadores, porque deixava de exercer as funções da altura, mas no entender do advogado da Câmara a quem compete nomear o conselho de curadores é a Câmara e não a presidente da Câmara, e como não foi revogada a deliberação da Câmara da altura, o conselho de administração e o conselho de curadores estão em funções durante cinco anos, desde 2019 até 2024.

Ricardo Romão retomou a palavra para manifestar surpresa pela resposta lhe ter sido devolvida, mais surpreendido até por na presente reunião da assembleia terem sido feitas diversas saudações ao vereador que renunciou e ao vereador que entrou em funções. Portanto é legítimo que as pessoas que fazem parte de outros órgãos, no caso da Fundação Robinson, renunciem e tenham de ser substituídas. Se a senhora presidente não sabe quem são os membros desses órgãos, e se compete à Camara Municipal a sua designação, e se compete à presidente de Câmara por inerência presidir ao conselho de curadores, então perguntou, quem é que gere a Câmara.

A senhora presidente de Câmara considerou a intervenção de Ricardo Romão ofensiva, mas é um hábito do registo do membro Ricardo Romão nas suas intervenções, está na posse da ata da reunião de Câmara em que foram nomeados o conselho de administração e o conselho de curadores, com os nomes, mas não refere os nomes, acha que não o deve fazer. Voltou a dizer que há uma interpretação errada do assunto, segundo o parecer jurídico do advogado, os mandatos autárquicos são de quatro anos e os mandatos da fundação são de cinco anos, pelo que um novo executivo camarário não significa um novo mandato na fundação Robinson. Os mandatos não são coincidentes e não tem a ver uma coisa com a outra, portanto quando lhe devolve a pergunta é porque sabe perfeitamente com quem estava no conselho de curadores.

Ricardo Romão retorquiu que não quer entrar em dialogo, mas ao ser acusado de ter ofendido alguém, pediu desculpa mesmo sem perceber porquê, e questionou o

presidente de mesa sobre qual foi a sua atitude ofensiva. Seguidamente questionou a presidente de Câmara sobre se a presidente do conselho de curadores ainda é a anterior presidente Dra. Adelaide Teixeira. Frisou que colocou a questão e que não a considera ofensiva, fê-lo porque deve haver transparência e os nomes das pessoas devem ser mencionados, é exatamente o inverso, pede-se um pouco de transparência somente.

A senhora presidente de Câmara aconselhou o membro Ricardo Romão a ler a ata da reunião de Camara de 2019, de 14 de agosto, em que se encontra expresso quais as pessoas que foram reconduzidas para o conselho de curadores e para o conselho de administração para novo mandato, a ata é pública e qualquer pessoa a pode consultar. Não se sente obrigada a dizer os nomes, acha que não o deve fazer.

Amândio Valente tomou a palavra, e, mudando de assunto perguntou à senhora presidente de Câmara se a Câmara tem acordo coletivo de entidade empregadora pública junto dos seus trabalhadores, porque foi contatado por alguns trabalhadores da autarquia. E se não tem em que ponto está a negociação.

A senhora presidente de Câmara afirmou que não sabe dizer com exatidão essa informação mas que enviará posteriormente essa resposta.

Seguidamente Amândio Valente perguntou à senhora presidente se está a aplicar o subsídio de insalubridade aos trabalhadores da Câmara e dos SMAT e em que termos está a aplicar esse subsídio.

A senhora presidente de Câmara informou que não dispõe desses dados no momento, julga que serão os trabalhadores que tem esse direito, perante as funções que exercem e que estão definidas na lei, acrescentou que o município de Portalegre cumpre como os demais municípios do Alto Alentejo nessa matéria.

O senhor presidente de mesa agradeceu as intervenções e não havendo mais intervenções passou para a ordem do dia.----------

Nesse momento o vereador do executivo municipal, João Nuno Cardoso, solicitou a palavra para defesa da honra, ao que o senhor presidente de mesa acedeu.

João Nuno Cardoso indicou que era importante esclarecer que o anterior conselho de administração da Fundação Robinson, do qual fez parte por ser vereador e para o qual foi nomeado, pediu a cessação das suas funções ainda no anterior mandato, e pediu a renúncia das suas funções ainda no anterior mandato, e tal foi deliberado em reunião de Câmara. Portanto o presidente e o primeiro vogal pediram a renúncia no anterior mandato, e se ainda existem membros no conselho de administração não são nem o presidente nem o primeiro vogal.

O senhor presidente de mesa considerou que estava feita a defesa da honra e passou aos assuntos subsequentes. Considerando a urgência em debater e votar os pontos 3

ao 9 da ordem do dia, para que sejam deliberados ainda no dia 30 de junho por exigência legal, sugeriu que se começasse por esses pontos, conjuntamente.

Ordem do dia:

3 - Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Fortios, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

4 – Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Reguengo e São Julião, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

5 – Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Alagoa, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

6 -Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

7 -Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Alegrete, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

8 -Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Sé e São Lourenço, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

9 -Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Urra, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Adriano Bailadeira no uso da palavra indicou preocupação com estes pontos, pela necessidade de serem deliberados ainda no dia 30 de junho de 2023, para serem remetidos à DGAL, razão pela qual se alterou a ordem de trabalhos e são deliberados imediatamente a seguir ao debate, e perguntou se era necessário fechar uma

assembleia e reabrir outra assembleia seguidamente para debater o resto da ordem do dia, extraindo-se uma minuta da ata apenas com as votações em debate.

O senhor presidente de mesa esclareceu que tal não era necessário, a Assembleia é pública, todos os presentes estão conscientes do resultado da votação e dos termos em que ocorre e no final a ata será aprovada em minuta, havendo uma validação da Assembleia Municipal na votação que é feita.

Raul Cordeiro acrescentou que a Assembleia Municipal é de dia 30 de junho e todos os assuntos deliberados nela serão de dia 30 de junho.

Patrícia Cardoso, no uso da palavra, saudou todos os presentes e felicitou em particular o senhor vereador Marco Cardoso e deu-lhe as boas vindas, de seguida enunciou que relativamente aos pontos três a nove se constitui uma parceria, através da qual a Câmara com as Juntas garantem a qualidade, a celeridade e a eficácia dos serviços prestados à população. Nos dois anos de governação deste executivo, as Juntas de freguesia já tem mais 40% de dotação através de contratos Interadministrativos. Esta adenda ao auto de transferência de recursos financeiros traz um acréscimo de 15% para as Juntas, tudo verbas da Câmara, o que é de realçar.

Adriano Bailadeira levantou a questão do valor, que julga não ter sido negociado com as Juntas, e colocou a questão da igualdade versus equidade, ou seja os 15% não têm o mesmo impacto em todas as Juntas, por exemplo na Alagoa, representam mais 50 € por mês, e deixou essa observação. Não é obrigatório que a percentagem seja igual para todas as Juntas, e a valorização devia ter em conta o plano de atividades e os orçamentos específicos das juntas, porque em alguns casos, os 15% tornam-se insignificantes, face à especificidade própria dos mesmos.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa colocou os pontos a votação.----------

DELIBERAÇÕES:

3 – Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Fortios, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

4 – Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias Reguengo e São Julião, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

5 – Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Alagoa, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

6 – Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

7 - Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Alegrete, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

8 - Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Sé e São Lourenço, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

9 - Adenda ao Auto de Transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. N.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Urra, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

Após a votação dos pontos 3 ao 9 o senhor presidente de mesa retomou a ordem do dia com o ponto 1.

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

No uso da palavra Ana Miguéns endereçou cumprimentos a todos os presentes, dando as boas vindas ao senhor vereador Marco Cardoso, e frisou que após a leitura atenta do relatório da senhora presidente de Câmara, gostaria de ver no próximo relatório plasmado o tema da segurança e do equilíbrio social dos cidadãos. É do conhecimento público a tragédia ocorrida na madrugada de quinta para sexta-feira na Praça da República em Portalegre, entre jovens portalegrenses. Lamentou profundamente o sucedido e considerou que a Assembleia Municipal juntamente com a Câmara Municipal devam refletir sobre a temática de violência e segurança dos cidadãos. É tempo de agir e reagir a situações como a vandalização de espaços públicos, é necessária uma intervenção. Deixou o apontamento e relembrou que seria importante ativar instrumentos jurídicos legais, que existem e que já deram provas, como por exemplo os contratos locais de segurança. Neste momento em Portugal existem 35 contratos locais de segurança com 27 freguesias, instrumento que visa a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade e tendo em vista a redução das inseguranças sociais, promovendo cidadania e promovendo segurança. Passam por quatro etapas, elaboração do diagnóstico local de segurança, formulação do plano de intervenção, implementação das medidas e depois a monitorização das ações. Todos sabem que Portalegre é uma das cidades mais seguras de Portugal, no entanto a evolução boa ou má pode levar a comportamentos menos corretos, pelo que é importante medidas como a videovigilância em espaços públicos, medidas de apoio e colaboração com os espaços privados, aliadas ao aumento de forças policiais nas ruas, que podem servir de estratégia para prevenir e aumentar a segurança dos cidadãos. Crê que situações como a ocorrida não devem repetir-se nem tornar-se uma ameaça para a cidade de Portalegre. Que os jovens e a população possam sair à rua, permanecer nela, usufruir e respirar da cidade de Portalegre com toda a segurança e zelo.

Adriano Bailadeira no uso da palavra colocou a questão do apoio aos trabalhos das Juntas de freguesia, porque frequentemente existem problemas com o uso da retroescavadora e o plano de rotatividade dessa máquina, que ao que sabe ainda só esteve uma vez em cada uma das Juntas, embora tenha acorrido em situações de emergência, e também sobre as solicitações de saibro que não tem sido respondidas. Perguntou se o problema está resolvido e se a rotatividade da retroescavadora vai retomar a normalidade porque é conveniente em época de limpezas e afins.

Ricardo Romão, referindo-se à página 33 do relatório da senhora presidente, e relativamente à reabilitação do edifício dos antigos Paços do Concelho, onde é indicado que a obra em execução tem uma taxa de 50% a 10 de junho de 2023, e que, no anterior relatório, dois meses antes, a taxa de execução era de 45%, o que é pouco e sabendo-se que a empreitada termina a 30 de junho de 2023, perguntou qual o estado dessa obra e qual a previsão para a mesma.

No uso da palavra a senhora presidente de Câmara, referindo-se à intervenção de Ana Miguéns e às sugestões apresentadas, na sequência do ocorrido dá dois dias e que é motivo de preocupação e tristeza, tratando-se de jovens é de lamentar o sucedido, informou que falou imediatamente com o senhor comandante da polícia e que está a acompanhar a questão. Está em ponderação a questão da videovigilância, apesar da complexidade que implica em termos de legislação e dificuldades de implementação, mas é recomendável que seja implantada naquela zona, porque é um local muito frequentado. Conhece o modelo dos contratos locais de segurança, e apesar das várias opiniões, há quem ache que não se traduz em efeitos práticos, mas considera que não custa tentar e que mal não faz, e, acolhe como boas as sugestões feitas por Ana Miguéns, apesar de Portalegre ser uma cidade segura, a preocupação é partilhada por todos, e deve-se no âmbito das funções da Câmara agir para tentar evitar situações futuras e o sentimento de insegurança para os cidadãos.
No que toca à questão da retroescavadora, a situação está normalizada, os imprevistos acontecem, e informa que nenhum presidente de Junta se queixou nos últimos tempos, não lhe chegou nenhuma queixa. Os recursos são de facto poucos mas tenta-se chegar a todo o lado, e destaca que respondem sempre que há uma urgência nesse campo. Quanto ao saibro reconhece o problema porque há pouco e há que racionar o saibro, há um problema na quantidade para responder as solicitações recebidas.
Quanto à questão da obra dos antigos Paços do Concelho, é uma obra que tem corrido mal, muito devagar e com muitos problemas, e informou que esse assunto será tratado na próxima reunião de Câmara, a Câmara impos um plano ao empreiteiro que não foi cumprido, há incumprimento e a obra está nos 50%, embora acrescente que uma grande parte é equipamento e não trabalhos em si mesmos. Em termos de obra física está quase pronto, o que falta colocar é equipamento e há de facto incumprimento, não correu bem em termos de calendarização, embora tenha em termos de qualidade sido bem executada a obra.

Diogo Aragonez cumprimentou todos e saudou com boas vindas o vereador Marco Cardoso. Relativamente ao relatório da senhora presidente colocou a questão das entradas e do dinheiro da feira da doçaria, que reverteriam a favor do Bombeiros Voluntários de Portalegre, e sendo mencionado no relatório 4000 entradas na feira da doçaria perguntou se já tinham revertido a favor dos Bombeiros Voluntários de Portalegre. Seguidamente e numa logica de contributo recordou a observação do membro Albano Silva, quanto à mudança de nome do cartão municipal do idoso que tinha sido acolhida pela senhora presidente com agrado, e voltou a frisar que se mudasse o nome para **cartão municipal de + de 65,** por exemplo.
Por fim questionou a senhora presidente sobre as visitas que ocorreram à cidade de Portalegre, e dos encontros com o presidente da república de Cabo Verde, e com o embaixador da Bulgária. É sempre bom ter estas edilidades no território, e nesse contexto perguntou qual a política de internacionalização do município e de promoção turística do concelho, porque estes encontros podem contribuir para a promoção turística do concelho junto de Cabo Verde e da Bulgária, integrados numa estratégia turística do concelho. E como no relatório não é explanado o resultado desses encontros, perguntou sobre a interação do município com o presidente da república de Cabo Verde e o embaixador da Bulgária. Por último relembrou que o conselho municipal da juventude foi reativado por proposta do partido socialista numa das

primeiras assembleias municipais deste mandato, reuniu algumas vezes mas está sem reunir desde 10 de novembro do ano passado, oito meses sem reunir, o que preocupa e é importante reunir todas as entidade de juventude do concelho, para que juntos possam contribuir para uma política de juventude no concelho.

No uso da palavra Carla Mocito cumprimentou a todos os presentes e desejou muito e bom trabalho ao novo vereador. Referindo-se ao relatório da senhora presidente congratulou-se com a abertura da Torre de Menagem do Castelo, mas se por um lado é bom, por outro lado é triste, porque vê-se pouco, esperava-se mais. Quando se sobe a rua e quando se olha para a Torre percebe-se que não foi limpa, o que dá a entender que talvez tenha sido aberta à pressa, abrir por abrir não orgulha e não fica bem, está cheia de ervas, provavelmente o pior dos problemas da Torre não é estar fechada mas a questão da limpeza e prejudica a muralha, tal como se faz a limpeza periódica aos telhados e afins, a Torre uma vez que abriu merecia estar impecável. Do outro lado está o Castelo propriamente dito que continua como está, sem conseguir receber pessoas, funciona uma sala de exposições com algumas exposições que vão mudando só para não estar fechado de todo. A receção faz-se do outro lado, as pessoas entram na Torre de Menagem sem receção e sem acompanhamento, quando entrou na Torre de Menagem preocupou-se com o horário não fora ficar lá fechada. A curiosidade é o miradouro porque é um dos bonitos miradouros que existem na cidade, sem ser o miradouro não tem nada, em termos de conteúdo, a senhora presidente diz que 'nos acrescenta e reforça', mas acrescenta-nos muito pouco, porque quem for aos museus 'aquilo' acrescenta muito pouco. Congratulou, em nome do grupo do partido socialista, a abertura mas quer um bocadinho mais. Um outro assunto tem a ver com a Quinta da Saúde, pelos vistos está concluída a obra e pede que seja esclarecida a Assembleia e os portalegrenses sobre o que vai acontecer. Também não viu nada no relatório sobre o conselho municipal de cultura, que foi falado na última assembleia. Na última Assembleia tomou nota de que a senhora presidente terá dito que estaria a repensar e não sabia se iria ou não continuar o conselho municipal de cultura, e, perguntou se vai haver ou não vai haver conselho municipal de cultura.

A senhora presidente de Câmara retomou a palavra e em relação às entradas da feira da doçaria e essa receita reverter a favor dos Bombeiros Voluntários, informou que o serviço jurídico da Câmara entendeu que é ilegal, que não pode ser feito, e que há um parecer nesse sentido, que se for necessário fará chegar aos membros da Assembleia. Em relação ao novo nome para o cartão do idoso, sim já havia sido falado e oportunamente pensar-se-á um novo nome mais simpático para o cartão do idoso. Em relação às visitas do senhor presidente da república de Cabo Verde e do senhor embaixador da Bulgária, foram recebidos nos Paços do Concelho, foram efetuados contatos, e no caso do embaixador da Bulgária, foi acordado um protocolo que terá sido passado pelo vereador Casanova ao novo vereador, um protocolo de intercâmbio de estudantes. Com o presidente de Cabo Verde falou-se de algumas ideias, em termos de promoção turística, de promover Portalegre em Cabo Verde. Acrescentou que não visitou Cabo Verde, apenas estabeleceu ideias com o presidente da república de Cabo Verde.
O conselho municipal da juventude foi constituído e reuniu, reúne 'de tempos a tempos', reúne duas vezes por ano e certamente que será agendada uma nova reunião.

Sobre a deceção relativa à Torre de Menagem, disse que por acaso não é o *feed back* que tem chegado, pelo contrário, foi uma medida do executivo do agrado da grande maioria da população. Haverá sempre opiniões diferentes mas a população não achou pouquito, as pessoas gostaram e ficaram satisfeita e agradadas com a reabertura da Torre de Menagem. Há um problema no Castelo que é grave e que se sabe, está a fazer-se uma peritagem com o LNEC para estudar soluções para as debilidades que existem no Castelo, a degradação do Castelo e o perigo que é ter as portas abertas é conhecido de todos. Em relação à interpretação que faz do local em que se fazem as exposições aconselhou Carla Mocito a visitar o Castelo, de forma mais cuidada, acompanhada por uma técnica do município, porque a sua interpretação não corresponde à realidade. O trabalho realizado no Castelo foi feito sob a tutela da vereadora Laura Galão e que ficou muitíssimo bem e o *feed back* que tem sido recebido é muitíssimo positivo.
Em relação à Quinta da Saúde, uma grande parte da obra está concluída, mas faltam os arranjos exteriores, embora no relatório esteja obra concluída 100%, é referente a uma parte e ainda faltam os trabalhos complementares, os arranjos exteriores.
Em relação ao conselho municipal da cultura passou a palavra à senhora vereadora Laura Galão que tem o pelouro da cultura. Não tem ideia de alguma vez ter dito que não sabia se iria manter, continuar, constituir ou não o conselho municipal da cultura, aliás deve ter passado a palavra à vereadora da cultura tal como agora.

A senhora vereadora Laura Galão no uso da palavra cumprimentou a todos e relativamente ao conselho municipal da cultura, esclareceu que anteriormente havia sido dito que não foi constituído no ano anterior, porque se pretendia adquirir algum conhecimento e histórico das associações e dos parceiros dessa entidade, e, afirmou-se que até ao final deste ano seria reativado, o conselho da cultura, pelo que julga estar ainda dentro do prazo que foi definido. Sendo-lhe permitido quis dizer alguma coisa sobre o Castelo, desagradou-se com a intervenção de Carla Mocito quando mencionou 'aquilo' que lá está, porque foi feito um grande esforço para reabrir aquela infraestrura, aquele património, e foi tudo feito com a 'prata da casa', reuniu-se um grupo de técnicos que merecem todo o respeito e que juntaram um espólio arqueológico do concelho que foi lá colocado para visitação das pessoas, e julga que 'aquilo' que lá está à vista é bastante digno, quer do ponto de vista do que é o passado do concelho, quer em termos de visitação, porque a visita da Torre de Menagem permite visualizar uma paisagem de toda cidade o que é bastante positivo. A questão das ervas é verdade, este ano é um ano atípico, há bastantes problemas com as ervas e não é só no Castelo, mas está-se a fazer os possíveis para resolver em tempo útil esse problema. O Castelo por razões de segurança não é um local de fácil acesso, o que dificulta a remoção das ervas, no entanto, chamar à atenção para a questão das ervas, quando a Torre está aberta e mesmo com ervas obteve dias com mais de 150 visitantes, o que é bastante satisfatório. Consultando-se as redes sociais verificou-se que as pessoas estão satisfeitas, e os visitantes deixaram de deixar reclamações no livro de reclamações, como era hábito anteriormente, já não há um livro de reclamações cheio de reservas lá deixadas. Os funcionários estão do outro lado da receção e não na entrada ou acesso, isso acontece porque esse piso zero não tem luz natural, e entendeu-se que não seria adequado deixar os colaboradores durante todo o horário de trabalho nesse espaço sem luz natural.

Amândio Valente, no uso da palavra, agradeceu o envio do relatório com a informação da atividade municipal, da responsabilidade da senhora presidente, e focou-se nas questões ambientais, sociais e de usufruto do território por parte das pessoas que vivem no Parque Natural da Serra de São Mamede. Ao ler a página 37 sobre a Porta de Entrada para a Serra, que é uma estratégia de grande valorização do Parque Natural da Serra de São Mamede, e por outro lado a Grande Rota das Cascatas da Serra de São Mamede, surgiram duas perguntas. A primeira quando visitou a área do parque, nomeadamente São Julião, os habitantes queixaram-se que os novos proprietários estão a vedar o acesso aos caminhos entre as propriedades, acessos comunitariamente aceites e passados de geração em geração, recorrendo a cães de guarda e a ações um pouco violentas, e perguntou se a Câmara estaria atenta ao conjunto de regras comunitárias que sempre se aplicaram na Serra de São Mamede, que é uma das características da relação dos habitantes com a Serra, em que o espaço público é sagrado para as pessoas e a sua privatização é sempre um risco. A segunda pergunta tem a ver com a Rota das Cascatas descrita na página 33, perguntou se é verdade que existem empresas interessadas e adquirir os terrenos em torno da Cascata de São Julião e em torno da Cascata da Cabroeira, e se essa privatização poderá prejudicar a estratégia de valorização das Cascatas.

No uso da palavra a senhora presidente indicou que a Porta de Entrada do Parque é um projeto que está a ser implementado, já tinha havido esta ideia no passado mas entretanto caiu e os municípios acabaram por não a implementar, e está-se agora a implementar a Porta de Entrada no Parque. A Rota das Cascatas era também um projeto que já existia, mas que agora tem novos troços e novos financiamentos, e investe-se nessa área que é muito importante, é relevante valorizarem-se as cascatas e criar áreas de visitação, é nesse sentido que vai o projeto em curso. Sobre a questão dos novos proprietários que tendem a não respeitar a possibilidade de todas as pessoas utilizarem os caminhos que são públicos, informou que não chegou à Camara Municipal nenhuma queixa nem por parte dos munícipes nem por parte da junta de freguesia de Reguengo e São Julião, não tendo conhecimento dessas situações. De igual forma quanto a haver interessados na compra de terrenos anexos às cascatas também não é conhecedora desse interesse, mas as dinâmicas de mercado podem proporcionar que com facilidade as pessoas vendam os seus terrenos, isso é normal, mas isso nunca porá em causa a utilização e as cascatas estarem disponíveis para visitação, e se essas situações algum dia se colocarem a Câmara atuará.

Carla Mocito retomou a palavra para esclarecer que possa ter sido mal interpretada pela senhora presidente e pela vereadora Laura Galão, e o que disse foi que ficou agradada pela abertura mas na verdade queria mais, porque quando se sobe a rua que vai da GNR, que é o circuito que os turistas fazem, vão pela Sé, rua 19 de junho, sobem precisamente pelo sítio que não é o mais bonito infelizmente. Deixou o alerta e logo que possível e que consigam intervir nessa parte da muralha ficaria Portalegre mais bem vista, os olhos são os primeiros a ficar agradados com o que veem. Por esse caminho encontra-se a muralha de frente e que não está limpa. Quando se referiu 'aquilo' era para significar que era poucochinho, na verdade está uma mostra do que é o Museu Municipal, uma mostra do que é o museu Casa José Régio, do museu dos

bonecos do Reguengo, que infelizmente está sempre fechado, foi mal interpretada porque é bom mas precisa-se de mais, e na verdade a Torre de Menagem merece ser visitada pelo miradouro, foi o que disse a vereadora Laura Galão e foi o que disse a interlocutora, vale pelo miradouro e pela vista panorâmica da parte do casco velho da cidade. Não está contra o trabalho dos colegas, é de valorizar que ainda assim fizeram muito com os recursos que tinham. Deixou o alerta para que quando haja verba disponível possa intervir-se no resto e por tudo mais bonito, mais alindado porque os turistas fogem para os concelhos limítrofes, e Portalegre fica encolhida, envergonhada com o que os outros concelhos mostram, é importante valorizar o que existe em Portalegre, sendo possível fazer mais pois que se faça.

Adriano Bailadeira retomou a palavra para deixar uma observação e um pedido, confirmou o que a senhora vereadora tinha dito e que seria no último trimestre do ano que seria reativado o conselho municipal da cultura, e repetiu o que dissera sobre o assunto, que a meio do mandato é tarde, conhecer as associações é também falar com elas, ou seja promover o encontro, porque francamente as associações culturais podem participar no quotidiano da planificação cultural do concelho, e se acontecer o mesmo que aconteceu com o conselho da juventude, em que como disse o Diogo Aragonez houve uma reunião no dia 22 de Novembro, mas o que lá foi falado não foi explanado no orçamento, e portanto, haver uma reunião no último trimestre é tarde, e daí o pedido deve tentar-se que a reunião aconteça antes do ultimo trimestre, para que os contributos das associações culturais surjam no respetivo orçamento do ano de 2024. Porque reunir quando já se começou a discussão do orçamento é tarde, ou há uma rubrica geral onde se possam encaixar projetos ou não vai acontecer nada, e não vai ser útil o conselho municipal da cultura, a não ser talvez em 2025. Para ser útil e para ainda acontecer alguma coisa, em termos efetivos de participação na planificação do ano 2024, seria logico que a reunião acontecesse antes do último trimestre, para ter o calor do orçamento e para poderem ser concretizadas as ideias que apareçam.

Sara Sardinha, no uso da palavra, quis deixar um elogio ao sucesso que foram as festas da cidade, felicitou o executivo, felicitou todos os trabalhadores do município envolvidos nesse evento das festas pois foram mesmo um sucesso. São estes eventos que vêm potenciar o desenvolvimento da região, que valorizam as associações, as organizações e instituições do concelho e que muito bem acolheram e aderiram à iniciativa. Também realçou em nome da bancada do PSD/CDS a abertura da Torre de Menagem, mesmo não estando ao gosto de todos, pode-se fazer melhor, pode e far-se-á quando for possível de certeza, mas é uma estrutura que vem reforçar a oferta turística no centro da cidade e era necessária, foi o que foi possível agora com a 'prata da casa' disse a senhora vereadora Laura Galão, foi o que foi possível, assim que seja possível melhor, será assim.

A senhora presidente de Câmara retomou a palavra para dizer que não se envergonha nada do trabalho que foi a reabertura da Torre de Menagem, e que o trabalho que ali está feito, pelos colaboradores e técnicos do município, foi uma questão de opção, se utilizaram a 'prata da casa' é porque esta é igual à prata fora de casa, por vezes não se valorizam e aproveitam os recursos que se têm, portanto foi uma opção entregar essa responsabilidade aos colaboradores do município e que fizeram muito bem o seu

trabalho, e que pouparam muitos milhares de euros se tivesse que ser contratado fora. Os colaboradores estão cá, gostam de participar e tem orgulho em fazer trabalho, e passou a palavra a senhora vice-presidente para falar melhor sobre essas questões colocadas e também as colocadas pelo interlocutor anterior, que colocou perguntas e se ausentou da sala, não faz muito sentido colocar-se perguntas e não ficar para ouvir as respostas, quem pergunta deve querer saber as repostas, possivelmente depois lê a ata.

O senhor presidente de mesa afirmou que as questões são colocadas perante a Assembleia e perante todos e como tal necessariamente serão respondidas.

A senhora vereadora Laura Galão retomou a palavra para reafirmar que foi confirmado o compromisso assumido, e percebido também pela bancada da CLIP, que é de reativar o conselho municipal da cultura ainda este ano perto do final do ano. Não é o facto de não ter reunido ainda esse conselho, que impede que se trabalhe com as associações locais de cultura, exemplifica como prova disso a programação cultural do Centro de Artes do Espetáculo, com bastantes coproduções de associações locais. Tem-se acolhido claramente as propostas das associações locais e valorizado bastante os contributos, basta ver a programação cultural do CAEP. Igualmente nos eventos municipais, incluindo as festas da cidade, foram acolhidas coproduções das entidades do concelho e tem-se claramente dado abertura à produção artística e cultural do concelho de Portalegre. É obviamente importante reunir o conselho municipal da cultura mas deixou a nota de que efetivamente tem-se trabalhado junto das associações, muito perto com as associações, para ir ao encontro das suas necessidades e também das suas produções artísticas, numa perspetiva de valorização do concelho e dessas entidades e do crescimento artístico e cultural do mesmo. O conselho municipal da cultura é uma mais-valia mas o trabalho não deixou de ir sendo feito.

Raul Cordeiro deixou um aparte, dizendo que a intervenção na Torre de Menagem terá sido feita com o 'estanho da casa', porque a parte da cúpula é estanho ou cobre, terá sido feita não com a 'prata da casa' mas com o 'cobre da casa', o que também tem o seu valor e o trabalho dos funcionários da Câmara tem evidentemente um valor muito grande para todos. Deixou também uma nota sobre uma preocupação recorrente, pelo que deixa esse registo em todas as Assembleias municipais em que o possa fazer. Viu uma notícia em que se noticiava que a cidade de Castelo Branco é candidata a cidade criativa da Unesco, por via dos bordados de Castelo Branco. O partido socialista tinha no seu programa eleitoral para as autárquicas, num dos objetivos relativos à cultura, precisamente que Portalegre se candidatasse a cidade criativa da Unesco, porque tem potencial para o fazer em várias áreas, não só na área das tapeçarias como em outras áreas, e deixou o desafio de um dia ver no relatório da senhora presidente que Portalegre é candidata a cidade criativa da Unesco, numa das muitas áreas em que tem valor. Leu também outra notícia em que a cidade de Évora recebeu 23 autocarros amigos do ambiente que entrarão em circulação, ao invés de Portalegre que é candidata em incluir no programa dos Serviços Municipalizados uma verba de 1000 euros para adquirir autocarros, quando necessita de renovar a sua frota de autocarros para serem mais amigos do ambiente. É necessário aproveitar e ter um plano para esse efeito e deixou esse desafio. Acrescentou que nesta área da mobilidade as Câmaras

não tem de ser o investidor principal, mas devem ser exemplo de cidadania para as pessoas, Portalegre tem potencial por exemplo para ser projeto piloto de bicicletas partilhadas, não vê porque não, há candidaturas para esse efeito, deixou mais esse desafio. Gostaria de um dia ver no relatório da senhora presidente que tem projetos nas áreas da mobilidade amiga do ambiente e das questões de valorização do património cultural de Portalegre.

Retomando a palavra a senhora presidente de Câmara reafirmou que quando menciona a 'prata da casa', se refere às pessoas, a 'prata da casa' são as pessoas que trabalharam, não são estanho, são prata para não dizer ouro, (foi um aparte). Quanto à questão dos autocarros e da verba do 1000 euros, obviamente que com 1000 euros não se compra nada, é apenas para ter a rubrica aberta e sendo possível fazer uma candidatura para aquisição de autocarros elétricos, reforça-se a verba, um autocarro elétrico custará pelo menos 500 000 euros, consoante os orçamentos, a marca, a cilindrada, os SMAT neste momento não tem capacidade para adquirir um autocarro elétrico, mas estão sensíveis ao tema e gostavam de os ter, contudo a situação financeira dos SMAT não é brilhante como também não o é a da Câmara, e portanto vai-se caminhando, obviamente que há essa ambição e toda a atenção e surgindo candidaturas para tal adere-se às mesmas. No que toca às bicicletas, existe uma candidatura em parceria com a AREANATejo dessa natureza à espera de ser aprovada para se obter o respetivo financiamento.

O senhor presidente de mesa deu por concluído o período de intervenções neste ponto e passou ao ponto seguinte.

2 – Atas n.º 11 e 12, relativas às reuniões realizadas em 25 e 26 de abril de 2023, respetivamente;

Não havendo intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.---

10-Parecer do ROC (Marques, Cruz &Associado – sociedade de revisores oficiais de contas) e certificação legal das contas de 2022, do município de Portalegre, para conhecimento;

Não houve intervenções.----------

11 - Parecer do ROC (Marques, Cruz &Associado – sociedade de revisores oficiais de contas) e certificação legal das contas de 2022, e, relatório de conclusões e recomendações de auditoria - ano de 2022 – dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes do município de Portalegre, para conhecimento;

Não houve intervenções.----------

12 -Relatório semestral - 1.º semestre de 2022, enviado pela Freguesia de Urra, relativo ao Contrato Interadministrativo em vigor, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de 24.04.2023, para conhecimento;

Não houve intervenções.----------

13 -Relatório semestral - 1.º semestre de 2022, enviado pela Freguesia de Urra, relativo ao Auto de transferência de competências, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de 24.04.2023, para conhecimento;

Não houve intervenções.----------

14 - Relatório semestral - 2.º semestre de 2022, enviado pela União de Freguesias de Sé e São Lourenço, relativo ao Auto de transferência de competências, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de 24.04.2023, para conhecimento;

Não houve intervenções.----------

15 - Relatório semestral - 2.º semestre de 2022, enviado pela Freguesia de Alegrete, relativo ao Auto de transferência de competências, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de 22.05.2023, para conhecimento;

Não houve intervenções.----------

16 -Procedimento de classificação do Edifício Palácio dos Condes de Avillez, também designado como Antiga Casa da Família Avillez ou Antigo Solar dos Avillez como Monumento de Interesse Público (MIP), presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 08.05.2023, para conhecimento;

Não houve intervenções.----------

17 - Projeto de Estratégia de Reabilitação Urbana para a Execução da Operação de Reabilitação Urbana ORU Simples referente à ARU de Carreiras, aprovado em reuniões ordinárias camarárias de 13.02.2023 e 08.05.2023;

Não houve intervenções.----------

18 - Proposta de atribuição de apoio à realização de obras de ampliação do cemitério da Freguesia de Urra; aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal de 22.05.2023;

No uso da palavra Raul Cordeiro frisou que o apoio refere-se à aquisição do terreno para a ampliação do cemitério da freguesia de Urra, mas que em consequência disso haverá necessidade de fazer as obras de ampliação do cemitério, e destaca que o município deve ser sensível à necessidade de se continuar a apoiar as obras para a referida ampliação e não só a aquisição do terreno.

Também no uso da palavra a senhora presidente de Câmara informou que o protocolo que está anexo é claro nesse sentido, e que obviamente isso foi assumido em reunião

de Câmara, embora não conste o valor, porque nesta fase não se sabe quanto vão custar as obras. Face aos contatos que tem desenvolvido, há definição para a aquisição do terreno, mas o município também deliberou em reunião de Câmara apoiar a construção da ampliação do cemitério, dentro daquilo que venha a ser necessário ajudar-se-á a junta de freguesia nesse investimento, como é lógico. Clarificou ainda que a atribuição do apoio se deve ao facto de não poder ser o município a adquirir o terreno, porque é uma competência da Junta de Freguesia, daí ter-se articulado o apoio para que seja a Junta a adquirir o terreno.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.----------

19 -Pedido de isenção de taxas, referente ao processo de licenciamento 187/2020, para construção de um edifício destinado a "Unidade de Cuidados Continuados e Estrutura residencial para idosos", na Freguesia de Urra, apresentado por Centro Social e Paroquial de São Tiago, aprovado em reunião camarária de 22.05.2023;

Não houve intervenções.----------

20 - 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2023, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 05.06.2023;

Não houve intervenções.----------

21 -1.ª Revisão Orçamental de 2023, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 05.06.2023;

Não houve intervenções.----------

22 -Procedimento Regulamentar - Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal dos Parques e Zonas de Estacionamento Condicionado e Lugares de Uso Privativo, do concelho, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 19.06.2023;

Albano Silva, no uso da palavra, e relativamente à alteração ao regulamento dos parques e zonas de estacionamento, afirmou que se percebe que houve uma discussão pública e que a mesma acabou por alterar a proposta de regulamento em discussão. Sendo que a proposta atual e que resultou é praticamente aquela que existe hoje em vigor, com algumas pequeninas alterações, mas é fundamentalmente aquela que existe hoje do ponto de vista das bolsas de estacionamento não pagas, que se mantém na sua totalidade.
Mais do que discutir a questão sobre se há estacionamento pago ou não pago, sabe-se que as cidades precisam para viver de ter bolsas de estacionamento não pago, mas também precisam que as pessoas tenham acesso aos transportes públicos a partir

dessas bolsas de estacionamento não pago, ou seja, havendo uma bolsa de estacionamento não pago deixa-se lá o carro e depois tem-se transporte publico, ou ciclovia, ou acesso a bicicletas elétricas, portanto tem-se maneiras de deslocação. É essa questão que é preciso discutir, em conjunto com o assunto, como é que se adequa a questão dos estacionamentos não pagos com a rede de transportes públicos e a rede de ciclovias e outras formas de mobilidade. Seria interessante fazer essa discussão e deixou a proposta de que seja feita, e apresentada posteriormente à Assembleia, porque há de facto bairros em Portalegre que não tem estacionamento pago mas também não tem transportes públicos, o bairro de Santana, o bairro dos Covões, e tem esperança de que isso possa ser discutido e se possa encontrar equilíbrio em relação a essas questões.

Amândio Valente quis manifestar duas notas prévias, a primeira é que ao consultar os anexos ao ponto verificou que os cidadãos participaram muito na discussão pública e foi importante ter havido discussão pública, a segunda é que as propostas apresentadas pela CDU na discussão pública foram tidas em conta pela Câmara Municipal de Portalegre. Em todo o caso deixou também um voto de congratulação, aos serviços municipalizados de águas e transportes da Câmara Municipal de Portalegre, que tiveram a capacidade de elaborar um regulamento e pensar estrategicamente a questão do estacionamento em Portalegre. É importante sublinhar isso. Na sequência da intervenção de Albano Silva referiu-se à questão do estacionamento em cidades como Portalegre, cidades históricas, e disse que não se resume à questão do pago ou não pago, tem que ver com as acessibilidades e a mobilidade dentro da própria cidade, e isso tem que ser visto de forma estratégica. Por exemplo, quando se coloca a questão do estacionamento na zona do cemitério está-se a mexer com a acessibilidade ao centro histórico de Portalegre, aos serviços de educação e outros serviços que existem naquela zona, e a questão do estacionamento pago não resolve a questão da mobilidade, do trânsito e da acessibilidade ao centro histórico. Articulando com experiencias de outras cidades é importante que a cidade de Portalegre, quando pensa o estacionamento, pense como é que se chega aos sítios, como é que se chega à Sé Catedral, como é que se chega à Rua do Comércio, e isso implica pensar-se mais global e mais estrategicamente, é um desafio para a Câmara Municipal de Portalegre tomarem-se essas opções politicas, que depois os serviços municipalizados farão certamente um bom trabalho nessa área, houvesse então esse investimento.

Raul Cordeiro reforçou o assunto com algumas questões, registou com agrado o facto de ter-se promovido a discussão pública, na qual as pessoas tiveram oportunidade de participar e expor as suas questões e muitas foram acolhidas, tratou-se uma tarefa que está resolvida em uma proposta final. Colocou o assunto de um ponto de vista mais amplo, não pode olhar-se para o estacionamento pago ou não pago apenas nessa perspetiva, independentemente de se terem opções políticas A ou B, de se encontrar pessoas que acham que o estacionamento não devia ser pago ou de encontrar pessoas que acham que pagar o estacionamento é uma forma de o regular protegendo os moradores e residentes. Mas é curioso que os contributos dos residentes foram no sentido de pedirem que o estacionamento não fosse pago nas áreas da proximidade da sua residência (é melhor para os residentes que seja pago pelas vantagens que isso

confere), por isso, é curioso que os pedidos e exposições feitas em discussão pública sejam de residentes que são contrários ao facto de o estacionamento na proximidade da sua residência ser pago. Por exemplo na Praça João Paulo II, não reside na Praça João Paulo II, mas a sua interpretação é essa, há áreas onde o estacionamento não era pago e pela proposta inicial passava a ser pago, é também o caso, por exemplo do cemitério, em que ninguém veio em discussão publica dizer que era contra o estacionamento pago, e no entanto também deixou de ser pago ali, i.e. não passa a ser pago. O que resulta no final é que promovida a proposta de alteração ao regulamento, promovida a discussão pública, promovidos todos os instrumentos democráticos legítimos voltou-se ao regulamento que é muito próximo do regulamento que já existia, i.e. não vai haver grandes modificações, aliás até se põe uma questão importante, em termos económicos o que é que resulta desta alteração ao regulamento, em número de lugares pagos e não pagos, qual é o balanço.
Realçou que a questão do estacionamento é muito importante, que em sede de regulamento estará dirimida e resultou na proposta atual tal como está, mas coloca-se a questão de que se tivesse sido aprovada a proposta inicial, não iriam existir bolsas de estacionamento não pago, e que seria desde o Rancho da Boavista e dando a volta a cidade toda, não haveria nenhum lugar que fosse não pago, a não ser que se estacionasse nos Covões, ou no Planalto, ou no Parque de S. Pedro, ou na Moagem. Portanto o que deve ser a preocupação é enquadrar estes projetos de regulamento num projeto mais amplo de mobilidade na cidade, essa é a questão fundamental. Se se tiver que estacionar no Parque de São Pedro, e houver autocarros que passem lá com destinos uteis para a cidade, coloca-se o carro no parque de S. Pedro, mas sem essa garantia, vai-se dando voltas em redor dos destinos à procura de estacionamento, o que na maioria dos casos não se consegue nem sequer pagando. Pelo que é preciso pensar-se em termos de política de mobilidade e não pensar apenas em termos de estacionamento puro e duro, se se pensar apenas uma coisa de cada vez, nunca serão resolvidas nenhuma das equações em apreço. É por essa razão que insiste nas políticas de mobilidade, sendo uma cidade relativamente pequena, em que nos dias mais problemáticos se demora 10 minutos a chegar de uma ponta à outra da cidade, Portalegre é uma cidade que se enquadra no conceito '15 minutos' (estar-se a 15 minutos dos sítios essenciais) Portalegre é uma cidade '10 minutos' ou '5 minutos', e anda-se a discutir assuntos que sozinhos não resolvem nada, precisando-se de olhar para a estratégia de mobilidade dentro da cidade, havendo condições para ser capital alentejana da mobilidade.

A senhora presidente de Câmara tomou a palavra para dar nota de que concordou com a maioria das questões apresentadas, o projeto de mobilidade e tentar-se melhorar a mobilidade da cidade, é algo que todos querem e trabalhar-se-á para que tal aconteça. De forma resumida quando é dito que não há grandes diferenças em relação ao projeto de estacionamento atualmente em vigor, destaca algumas melhorias com o novo regulamento, não há nem mais um lugar pago, e nos parques fechados há a proposta de redução de 50%, em relação ao valor que é pago atualmente, portanto é uma redução muito grande, há a criação das zonas 'brancas', onde as pessoas poderão estacionar e pagarão metade do preço do que nas outras zonas, há as zonas 'blue', onde os lugares podem ser utilizados sem pagar durante um hora perto das zonas comerciais, nomeadamente perto da Rua do Comércio e perto da Praça ou Mercado

Municipal melhor dizendo, permite ir às compras estacionar o carro sem pagar durante uma hora, obviamente com controlo diário, através da matricula, para evitar que se mude de local e abuse do beneficio. Quis destacar essas melhorias relativamente ao regulamento que está atualmente em vigor. Em relação à mobilidade transmitiu os números de que tem conhecimento, partilhando-os com a Assembleia, por exemplo durante um dia passam 96 autocarros perto do Parque de S. Pedro, perto do Centro de Saúde, para lá e para cá, nas duas direções, sendo 96 passagens diárias, não se pode dizer que não há alternativas de transporte em termos de autocarro. Haverá espaço para melhorar e quer-se melhorar, mas há uma frequência de autocarros nessa zona que torna essa zona bem servida de autocarros.

Albano Silva concluiu perguntando se relativamente à reformulação do contrato com a empresa, que gere os parques e estacionamento, se haveria a possibilidade de incluir o pagamento com Via Verde, Portalegre é das poucas cidades em que não se pode pagar com Via Verde, seria um bom avanço se isso acontecesse.

A senhora presidente de Câmara informou que está em debate apenas o regulamento e que posteriormente haverá um concurso com caderno de encargos, e nessa altura fará todo o sentido incluir a possibilidade de pagamento com Via Verde, que é muito pratico para as pessoas e que é importante incluir.

Amândio Valente, a título de curiosidade, e na sequência da aprovação do regulamento em que será aberto um concurso para as empresas, questionou se a Câmara irá por a concurso o mesmo valor que vigora atualmente e que a 'Resopark' paga.

A senhora presidente de Câmara informou que não está ainda definido o valor, e que passará essa proposta, primeiro pelo conselho de administração dos SMATS, e depois pela reunião de Câmara, e pela Assembleia obviamente, mas ainda não está definida essa questão. O primeiro passo passa pela aprovação do Regulamento e só depois terão lugar os passos seguintes.

No uso da palavra Ricardo Romão colocou a pergunta sobre se estavam previstas e contempladas zonas de estacionamento para motociclos, e se existe intenção de aumentar as zonas para carregamento de veículos elétricos, porque os munícipes queixam-se que por um lado há máquinas de carregamentos avariadas, o que acaba por ser um problema das operadoras, e por outro lado os estacionamentos para esse fim, estão sistematicamente ocupados por carros mal estacionados, não permitindo o uso para carregamento, e nesse âmbito alertou que a PSP pode fazer esse acompanhamento, e há que melhorar por essa via para que as pessoas possam ter acesso aos carregamentos de carros elétricos.

Sobre essa questão a senhora presidente pediu à senhora vereadora Laura Galão que respondesse.

A senhora vereadora Laura Galão indicou que quanto à questão dos motociclos não está contemplada no regulamento mas que ficará contemplada no futuro contrato de

concessão, em que serão definidos exatamente o número de lugares para veículos das várias tipologias, incluindo os motociclos.

Ricardo Romão questionou novamente sobre a questão, porque a ideia é aumentar esses lugares e lembrou que já fora falado em Assembleias anteriores, a questão da Zona Mouzinho da Silveira, que não tinha parque, e haverá outras zonas em que também é preciso aumentar os lugares para motociclos.

Ao que a senhora vereadora Laura Galão acrescentou que há zonas na cidade que não estão servidas e que terão que ser incluídas na concessão para esse efeito.

Amândio Valente sem querer ser aborrecido perguntou se alguma vez a empresa Resopark indicou à Câmara de Portalegre qual é o valor total que consegue por ano lucrar com o estacionamento em Portalegre.

Ao que a vereadora Laura Galão informou que a concessionária tem a exploração e a operacionalidade do sistema, que lhe foi conferida através do contrato de concessão, sendo que o município, através do serviços municipalizados, tem direito a uma percentagem fixa, que foi definida no contrato, uma percentagem fixa daquilo que é a receita com a concessão, receita e não lucro, note-se, é o que está estipulado no contrato em vigor, e serão essas as condições que poderão eventualmente ser novamente colocadas em procedimento concursal para a nova concessão.

Amândio Valente frisou que sabe qual é o valor do lucro, e que perguntara se a empresa tinha informado alguma vez a Câmara da diferença entre o valor que paga e o valor que ganha, era só isso.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.----------

23 - Relatório de Consolidação de Contas 2022, do município de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

No uso da palavra Albano Silva referiu que não podia deixar passar este ponto em branco, é neste ponto que se apresenta a reserva das contas consolidadas exatamente porque a Fundação Robinson não foi integrada no grupo. Prende-se com o que já havia sido discutido anteriormente e que motivou a necessidade de discutir esta questão com mais profundidade em uma assembleia extraordinária. Tem a ver com isto, parece-lhe que também para o município não é agradável continuar a ter reservas nas contas, nem para o município nem para os munícipes. Sinalizou e refere que é uma das razões principais porque foi apresentada a Moção do partido socialista no início no período antes da ordem do dia.

Amândio Valente tendo em conta a discussão e o debate que houve a propósito da Moção, apresentada pelo grupo do partido socialista e subscrita pelo próprio e pela CLIP, e relativamente ao relatório de consolidação de contas de 2022, quando aparece 'com reserva', isso diz tudo, não há muito mais a acrescentar, mantem o voto que

anteriormente deu em outros relatórios anteriores que também vieram com reserva, e é essa situação que tem de ser ultrapassada, porque vir à Assembleia o relatório de contas consolidadas com reserva não é bom para ninguém, nem para a Assembleia nem para a autarquia.

A senhora presidente de Câmara acrescentou que a Fundação Robinson está a causar um prejuízo ao município, e que não é de agora, é de já há muitos anos, que não apresenta contas e portanto os ROC entendem expressar essa debilidade no relatório o que é normal. É normal que o façam não é normal que não haja contas da Fundação. É o único problema nas contas do município é esse facto de não haver contas por parte da Fundação Robinson.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.----------

24 -Designação do auditor externo do Município de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre para o biénio de 2023 e 2024, com base nas propostas presentes em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

O senhor presidente de mesa informou os membros da Assembleia que nesse ponto seriam feitas duas votações, sendo a primeira votação para escolherem ou não aplicar o escrutínio secreto e a segunda votação o ponto propriamente dito, conforme referido em conferência de representantes.

Adriano Bailadeira no uso da palavra perguntou se o serviço jurídico da autarquia indicou qual a melhor forma de proceder à votação nesse ponto.

O senhor presidente de mesa indicou que o escrutínio secreto era uma das formas possíveis de votação, existe um parecer mas não inibe outras formas de votação.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.----------

25 - Designação de representante do Município de Portalegre no Conselho Local de Saúde Mental do Alto Alentejo, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Raul Cordeiro questionou se aplicava-se o escrutínio secreto também nesse ponto, dado ser habitual em votos de designação de pessoas, e nestes casos o presidente da Assembleia não dispõe de voto de qualidade.

O senhor presidente de mesa indicou que se tratava da designação de apenas uma pessoa, e aprovada em reunião de Câmara, podendo ser ou não confirmada na Assembleia.
E propôs fazer de igual forma, duas votações, escolher se se aplica ou não o escrutínio secreto e seguidamente votar sim ou não a única proposta de designação.

No seu entender poder-se-á facilitar e não ser por escrutínio secreto, visto só haver uma única proposta de designação, contudo deixou essa escolha para os membros da assembleia.

Adriano Bailadeira disse compreender a dúvida colocada por Raul Cordeiro, mas sendo um funcionário da Câmara, a pessoa designada para representar o município, considera que nesse caso se dispensa o voto secreto.

O senhor presidente de mesa disse partilhar essa opinião mas deixou à consideração da Assembleia e se for caso disso usar-se-á o escrutínio secreto.

Não havendo mais intervenções o senhor presidente de mesa passou ao ponto seguinte.----------

26 -9.º Relatório de Monitorização das áreas de reabilitação urbana de Portalegre, Alegrete e Carreiras, referente ao ano de 2022 e elementos desenhados e escritos complementares, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Não houve intervenções.----------

O senhor presidente de mesa propôs um intervalo de 5 minutos, antes das deliberações.----------

DELIBERAÇÕES:

Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Roseta Fino.

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o voto.----------

Moção relativa à solicitação de agendamento de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal sobre a situação da Fundação Robinson- apresentada pelo grupo municipal do partido socialista.

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar a Moção que foi subscrita por todos os grupos municipais presentes na Assembleia.----------

2 – Ata nº. 11, referente à reunião realizada em 25 de abril de 2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com duas abstenções e vinte e três votos favoráveis, aprovar a ata. Abstiveram-se os membros Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso e Francisco António Carvão Trindade. Não votaram os membros Marília João Pereira Baptista Lacão, Luís Manuel Gonçalves Belinho e Ricardo Jorge Palmeiro Romão.----------

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

2 - Ata nº. 12, referente à reunião realizada em 26 de abril de 2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com duas abstenções e vinte e três votos favoráveis, aprovar a ata. Abstiveram-se os membros Patrícia Elias Lopes de Groote Cardoso e Francisco António Carvão Trindade. Não votaram os membros Marília João Pereira Baptista Lacão, Luís Manuel Gonçalves Belinho e Ricardo Jorge Palmeiro Romão----------

10-Parecer do ROC (Marques, Cruz &Associado – sociedade de revisores oficiais de contas) e certificação legal das contas de 2022, do município de Portalegre, para conhecimento;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento.----------

11 - Parecer do ROC (Marques, Cruz &Associado – sociedade de revisores oficiais de contas) e certificação legal das contas de 2022, e, relatório de conclusões e recomendações de auditoria - ano de 2022 – dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes do município de Portalegre, para conhecimento;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento.----------

13 -Relatório semestral - 1.º semestre de 2022, enviado pela Freguesia de Urra, relativo ao Auto de transferência de competências, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de 24.04.2023, para conhecimento;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento.----------

14 - Relatório semestral - 2.º semestre de 2022, enviado pela União de Freguesias de Sé e São Lourenço, relativo ao Auto de transferência de competências, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de 24.04.2023, para conhecimento;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento.----------

15 - Relatório semestral - 2.º semestre de 2022, enviado pela Freguesia de Alegrete, relativo ao Auto de transferência de competências, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de 22.05.2023, para conhecimento;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento.----------

16 -Procedimento de classificação do Edifício Palácio dos Condes de Avillez, também designado como Antiga Casa da Família Avillez ou Antigo Solar dos Avillez como Monumento de Interesse Público (MIP), presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 08.05.2023, para conhecimento;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento.----------

17 -Projeto de Estratégia de Reabilitação Urbana para a Execução da Operação de Reabilitação Urbana ORU Simples referente à ARU de Carreiras, aprovado em reuniões ordinárias camarárias de 13.02.2023 e 08.05.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

18 - Proposta de atribuição de apoio à realização de obras de ampliação do cemitério da Freguesia de Urra; aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal de 22.05.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

19 -Pedido de isenção de taxas, referente ao processo de licenciamento 187/2020, para construção de um edifício destinado a "Unidade de Cuidados Continuados e Estrutura residencial para idosos", na Freguesia de Urra, apresentado por Centro Social e Paroquial de São Tiago, aprovado em reunião camarária de 22.05.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

20 - 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2023, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 05.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

21 -1.ª Revisão Orçamental de 2023, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 05.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

22 -Procedimento Regulamentar - Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal dos Parques e Zonas de Estacionamento Condicionado e Lugares de Uso Privativo, do concelho, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com treze abstenções e quinze votos favoráveis, aprovar o ponto.----------

23 - Relatório de Consolidação de Contas 2022, do município de Portalegre, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 9 votos contra, 7 abstenções e doze votos favoráveis, aprovar o ponto.-

24 -Designação do auditor externo do Município de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre para o biénio de 2023 e 2024, com base nas propostas presentes em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Aplicação de escrutínio secreto para o ponto 24:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aplicar o escrutínio secreto ao ponto 24.----------

Deliberação por escrutínio secreto do ponto 24:

ENTIDADE	PROPOSTA	N.º votos
Tocha, Chaves & Associados, SROC, Ld.ª.	A	12
Fátima Pereira & Carlos Duarte, Soc. De Revisores Oficiais de Contas	B	0
Galvão, Nunes, Tavares & Associados, SROC, Ld.ª.	C	1
Marques, Cruz & Associado, SROC, Ld.ª.	D	15
Pedro Miguel Januário Costa, Revisor Oficial de Contas	E	0
VOTOS BRANCOS	0	
Proposta com + votos	**D**	**15**

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou por escrutínio secreto designar **Marques, Cruz & Associado, SROC, Ld.ª,** com **15** votos favoráveis, **como auditor externo** do Município de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre para o biénio de 2023 e 2024; tendo Tocha, Chaves & Associados, SROC, Ld.ª, reunido **12** votos a favor; Galvão, Nunes, Tavares & Associados, SROC, Ld.ª, reunido **1** voto a favor, e, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Soc. De Revisores Oficiais de Contas e Pedro Miguel Januário Costa, Revisor Oficial de Contas, **0** votos a favor.----------

25 - Designação de representante do Município de Portalegre no Conselho Local de Saúde Mental do Alto Alentejo, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Aplicação de escrutínio secreto para o ponto 25:

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 19 votos contra e 9 votos a favor - do grupo do partido socialista e de Amândio Valente representante único da CDU, dispensar o escrutínio secreto no ponto 25.----------

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)

Neste momento Raul Cordeiro indicou que não sendo permitido não votar, o voto é um dever, só havendo duas formas de não votar, por objeção de consciência ou por impedimento da lei, e estando presente no momento da votação não há forma de não votar, e como não ponderaram que a votação neste ponto 25 não fosse secreta, porque não faz sentido ser uma votação não secreta, indicou portanto que será cometida uma ilegalidade, e solicitou que este ponto fosse votado numa assembleia posterior, em setembro.

O senhor presidente de mesa indicou que se trata de uma interpretação, em que se está a votar um representante indicado pelo órgão executivo, e não se está a votar a pessoa em si mas a proposta desse órgão, e sendo a escolha de apenas uma lista, e conforme deliberação da maioria dos membros da Assembleia, dispensou-se o escrutínio secreto neste ponto.

Nesse momento Sara Sardinha questionou se na reunião de Câmara quando votaram a designação o fizeram por escrutínio secreto.

O senhor presidente de mesa, após questionar se a designação era urgente ou poderia esperar por setembro, e face à resposta de necessidade da designação, colocou o ponto 25 a votação nos termos aprovados pela maioria dos membros da assembleia.

Deliberação do ponto 25: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 19 votos favoráveis e 9 abstenções - do grupo do partido socialista e de Amândio Valente representante único da CDU, aprovar o ponto de designação de **Pedro Guilherme Mourato Rainho Barbas** como representante do Município de Portalegre no **Conselho Local de Saúde Mental do Alto Alentejo**.-------

26 -9.º Relatório de Monitorização das áreas de reabilitação urbana de Portalegre, Alegrete e Carreiras, referente ao ano de 2022 e elementos desenhados e escritos complementares, presente em reunião ordinária da Câmara Municipal de Portalegre de 19.06.2023;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade aprovar o ponto.----------

Aprovação em minuta:

O senhor presidente de mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.----------

ENCERRAMENTO:
==========

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor presidente de mesa, encerrada a 10.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 01:00 do dia 1 de julho do ano de

dois mil e vinte e três, e, da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.----------

O Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre,

(Luís Miguel Casqueiro Romão)

O/A Secretário/a

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)